

Conselho Pedagógico Ata nº 53

Aos dias vinte e um do mês de julho de dois mil e vinte, reuniu-se o Conselho Pedagógico da Escola Superior de Comunicação Social, via plataforma Colibri (<https://videoconf-colibri.zoom.us/j/94306747487>), às 17.00.

A reunião foi convocada pela Presidente do Conselho Pedagógico com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações
2. Procedimento eleitoral do Conselho Pedagógico
3. Balanço 2º semestre ano letivo 2019-20
4. Assuntos supervenientes

À reunião estiveram presentes: Ana Carlota Real; Ana Raposo; Ana Varela; Beatriz Carvalho; Carlos Andrade; Carolina Bártolo; Diogo Gil; Fernanda Bonacho; Gonçalo Martins; Guilherme Carvalho; Helena Pina; João Farmhouse; Maria Constança Castanheira; Maria Inácia Rezola; Maria João Centeno; Paula Nobre; Pedro Martins; Ricardo Pereira Rodrigues; Rosário Correia; Vanda Sousa e Zélia Santos.

Não estiveram presentes: Ana Francisca Jones; Filipa Silva e Sérgio Lopes, que não justificaram a sua ausência.

Ponto 1.

Informações

A Presidente começou por referir que os questionários relativos ao funcionamento da escola e das UC do 2º semestre das licenciaturas, mestrados e pós-graduações já foram

disponibilizados. Informou que nos questionários foram acrescentadas questões relativas ao funcionamento das aulas *online* na sequência da suspensão das atividades presenciais. Mais uma vez apelou à participação dos alunos neste procedimento de recolha de informação fundamental ao Sistema Interno de Garantia da Qualidade da ESCS.

Referiu ainda que o Conselho de Representantes vai rever os Estatutos da ESCS e a Presidente solicitou aos vários órgãos sugestões. A direção da escola vai propor alterações relativas ao gabinete *Alumni* e ao *helpdesk*/informática. Relativamente ao Conselho Pedagógico considera que não existem alterações a propor, no entanto, os conselheiros podem, se assim o entenderem, enviar para o *email* do Conselho Pedagógico sugestões até ao dia 11 de setembro.

Por último, deu a conhecer a decisão da direção de que, relativamente ao funcionamento do 1º semestre do próximo ano letivo, os responsáveis das UC devem organizar as aulas cumprindo o seguinte: 1/3 das aulas é obrigatoriamente presencial, outro 1/3 obrigatoriamente *online*; nas restantes aulas, os docentes podem optar pelo regime *online* ou presencial.

Ponto 2.

Procedimento eleitoral do Conselho Pedagógico

A Presidente referiu que têm sempre existido cursos sem aulas no dia fixado para a realização da eleição dos representantes do corpo discente, o que a levou, juntamente com o Vice-Presidente, a propor a atualização do Procedimento Eleitoral do Conselho Pedagógico, nomeadamente a inclusão de um artigo sobre voto antecipado.

A proposta de Procedimento Eleitoral do Conselho Pedagógico foi apresentada (anexo 1), colocada a votação e aprovada por unanimidade.

Ponto 3.

Balanço 2º semestre ano letivo 2019-20

A Presidente começou por referir que algumas das Comissões Pedagógicas dos cursos já reuniram, tendo solicitado aos coordenadores dos cursos que enviassem as sínteses das referidas reuniões e informassem os respetivos representantes do corpo docente no conselho sobre situações que entendessem ser relevantes. Apesar de os cursos de pós-graduação não terem representantes no conselho, solicitou igualmente aos coordenadores desses cursos que enviassem as sínteses dessas reuniões. As Comissões Pedagógicas dos cursos de mestrado em Audiovisual e Multimédia, Jornalismo e Publicidade e Marketing ainda não reuniram; todos os coordenadores dos outros cursos enviaram as sínteses das reuniões.

Atas Conselho Pedagógico

Referiu que, com base nas sínteses recebidas e apesar da passagem de presencial para *online*, a apreciação global do semestre é muito positiva. Os representantes dos cursos nas Comissões Pedagógicas agradeceram a todo o corpo docente a forma quase instantânea como se passou do presencial para o *online* e a disponibilidade e apoio dos professores ao longo do semestre. Voltaram a referir a necessidade de terem acesso a notas parciais e/ou comentários sobre os momentos de avaliação que vão realizando ao longo do semestre. A conselheira Ana Carlota Real, representante do corpo discente do curso de licenciatura em Audiovisual e Multimédia, referiu que os colegas elogiaram a adaptação dos professores à realidade vivida. Referiram que a UC de Laboratório Audiovisual foi a que pior se adaptou ao ensino à distância. Para os alunos, foi impossível dedicar-se como gostariam devido à sobrecarga de trabalho. Consideram que há falta de comunicação entre os responsáveis das UC de Guionismo e Narrativas Digitais, Produção Audiovisual e Multimédia e Laboratório Audiovisual. O responsável da UC de Laboratório Audiovisual não considerou o trabalho desenvolvido nas outras duas UC e assim tiveram o triplo do trabalho. O professor é rude e arrogante com os alunos e não conseguiu ser paciente. Consideram que como o professor marcou tutorias fora dos horários das aulas (e.g. 21.00) não contribuiu para a separação desejável entre vida escolar e vida familiar. Consideram ainda que 3 horas de aulas é pouco produtivo.

O conselheiro João Farmhouse, representante do corpo discente do curso de licenciatura em Audiovisual e Multimédia, referiu que os alunos consideram que o trabalho desenvolvido em Laboratório Audiovisual foi uma repetição do que já tinham realizado e assim sendo o objetivo da UC não foi cumprido.

A conselheira Ana Carlota Real, representante do corpo discente do curso de licenciatura em Audiovisual e Multimédia, referiu que em geral os momentos de avaliação mantiveram-se. Relativamente à UC de Laboratório 3D II, os alunos queixaram-se da falta de disponibilidade do professor Nuno Estanqueiro. A comunicação entre a equipa docente pareceu-lhes problemática, uma vez que as turmas reportaram realidades diferentes consoante os professores. Sempre que se colocava uma dúvida ao Professor Nuno Estanqueiro encaminhava os alunos para o *Youtube*. Elogiaram ainda o desempenho do Professor João Barros na UC de Fundamentos de Comunicação Publicitária. Na UC de Design Multimédia, os alunos consideram que o ensino à distância prejudicou a motivação dos alunos apesar dos esforços do docente em acompanhar todos os alunos e grupos de trabalho.

O conselheiro João Farmhouse, representante do corpo discente do curso de licenciatura em Audiovisual e Multimédia, referiu que uma colega terá manifestado a preocupação com o facto de o Estatuto de Trabalhador Estudante da ESCS penalizar os alunos nas UC em que a assiduidade é um dos elementos de avaliação e sendo trabalhadora estudante não tem disponibilidade de assistir a todas as aulas.

A Presidente referiu que o artigo relativo ao trabalhador estudante nos Regulamentos de Frequência e Avaliação da escola emana do Manual Académico do IPL. Os regulamentos referem que se a UC estiver em avaliação contínua e tratando-se de uma avaliação cumulativa, a frequência das aulas é fundamental e se o aluno trabalhador estudante não consegue frequentar as aulas pode requerer a passagem a avaliação por exame.

O conselheiro Carlos Andrade, representante do corpo docente do curso de mestrado em Jornalismo, referiu que a nota da avaliação contínua é de todas as semanas do semestre, já que todas as semanas o aluno tem de prestar prova. Se alguém vai duas vezes porque é trabalhador estudante, o professor não dispõe da mesma informação que no caso do aluno que frequenta todas as semanas. O grau de exposição e risco é diferente nos dois casos e ao faltar, o aluno não contribui da mesma maneira.

O conselheiro Ricardo Pereira Rodrigues, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Audiovisual e Multimédia, referiu que, depois da reunião da Comissão Pedagógica, o Professor Ricardo Nogueira, responsável pela UC de Laboratório Audiovisual, no contraditório a que tem direito, referiu que as tutorias fora do horário letivo foram solicitadas pelos alunos e que não tendo mais horas disponíveis prontificou-se em realizá-las fora do horário e dos dias úteis. A coordenação do curso não recebeu qualquer indicação durante o semestre de problemas no funcionamento desta UC. Informou ainda que foi constituído um grupo de trabalho com docentes que lecionam UC que incluem conteúdos de áudio e vídeo para refletir, repensar e otimizar os conteúdos programáticos destas áreas de forma a alcançar uma maior solidez curricular numa lógica de continuidade, atualidade e poderá também dizer-se de "precedência".

A conselheira Ana Varela, representante do corpo docente do curso de mestrado em Audiovisual e Multimédia, referiu que entre as UC de Guionismo e Narrativas Digitais, Produção Audiovisual e Multimédia e Laboratório Audiovisual não há nenhuma duplicação, segue-se o processo de fazer narrativa audiovisual. Na primeira escreve-se, na segunda pré-produz-se o texto e depois realiza-se. Pode-se tentar melhorar, nomeadamente o facto de as duas primeiras UC não funcionarem no mesmo semestre mas não tem sido essa a estratégia adotada. Não houve repetição em Laboratório Audiovisual porque quando se quer realizar um projeto nesta área, segue-se sempre a ordem sequencial do processo.

O conselheiro João Farmhouse, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Audiovisual e Multimédia, reiterou que voltaram a fazer todo o processo porque não há continuidade entre as UC do 1º semestre e a UC do 2º. Na UC de Laboratório Audiovisual gostariam de trabalhar com guiões proveniente de outras UC para que nesta se pudessem dedicar mais ao produto final que é realizar um projeto audiovisual.

A conselheira Ana Carlota Real, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Audiovisual e Multimédia, partilha da opinião do colega e considera que o guião desenvolvido

Atas Conselho Pedagógico

no 1º semestre deveria passar para a UC do 2º semestre. Como não aconteceu tiveram de repetir tudo e tornou-se insuportável porque não tiveram tempo para fazer todo o trabalho, o que se refletiu na qualidade dos trabalhos apresentados.

A conselheira Vanda Sousa, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Audiovisual e Multimédia, reiterou a sintonia entre as duas UC do 1º semestre, no entanto, a UC de Guionismo e Narrativas Digitais não é uma UC exclusiva de guionismo para imagem real ou ficção no formato curta-metragem, a sê-lo a UC dever-se-ia nomear UC de Argumento; o facto de abranger as Narrativas Digitais expande o conceito de argumento ao de guião contemplando diferentes *media*, diferentes géneros e diferentes formatos. O princípio é que os alunos aprendam o *modus operandi* da escrita nesses diversos contextos.

O conselheiro Gonçalo Martins, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Jornalismo, destacou a adaptação dos professores ao ambiente *online*; os momentos de avaliação e os conteúdos programáticos foram cumpridos. Referiu que as aulas *online* devem ser mais variadas do que o que aconteceu. Referiu a falta de feedback por parte dos professores aos momentos de avaliação que vão sendo realizados ao longo do semestre; mesmo que não seja possível dar feedback individual, seria importante os professores referirem os pontos positivos e o que se poderia melhorar. Como no 2º ano existem mais UC de cariz laboratorial e não foram possíveis aulas práticas, gostariam que a coordenação do curso considerasse a hipótese de realizar algumas atividades presenciais no próximo semestre para recuperar alguns dos conteúdos não lecionados. Como boas práticas destaca a organização de *webinars* por parte da escola e o acesso que lhes foi disponibilizado às versões digitais dos jornais. Seria importante manter esse acesso no próximo ano letivo.

A conselheira Fernanda Bonacho, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Jornalismo, referiu que a coordenação do curso e os professores das UC de Ateliê já se disponibilizaram para compensar no próximo semestre algumas atividades deste semestre. Considera que passar as aulas para o formato *online* implica conhecimentos que não tem. Os professores precisam de ajuda mas também é necessário que os alunos se responsabilizem em termos de trabalho mais autónomo.

A conselheira Maria Inácia Rezola, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Jornalismo, referiu que, na reunião do curso de Jornalismo, os professores elogiaram o esforço dos alunos que se refletiu num comportamento excecional e na compreensão sempre que ocorreram falhas. Relativamente ao feedback das avaliações, foi, de facto, difícil; os alunos estavam cheios de trabalho e os professores também mas teria sido importante que os alunos, depois de receberem o feedback por parte de alguns professores, tivessem respondido e comentado também esse feedback, o que não aconteceu.

A conselheira Fernanda Bonacho, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Jornalismo, reiterou a importância de se manter o acesso de todos aos jornais.

A conselheira Beatriz Carvalho, representante do corpo discente do curso de licenciatura em Publicidade e Marketing, reforçou o agradecimento aos professores e à escola pela rápida adaptação ao ambiente *online* e especificamente à coordenação do curso pelo acompanhamento semanal e a resolução de todos os problemas que foram surgindo ao longo do semestre. Referiu que os finalistas que querem continuar o seu percurso no ensino superior e, dada a alteração ao calendário escolar, tiveram muita dificuldade em cumprir o prazo das candidaturas aos mestrados, já que sem certificados não podem candidatar-se. Felizmente a direção da escola ultrapassou a situação. Os alunos sentiram-se desconfortáveis em realizar alguns exames de forma presencial, apesar de a escola estar totalmente equipada e ter corrido tudo bem, mas o facto de terem de se deslocar de transportes públicos, especialmente quando alguns destes exames ocorreram na fase em que a situação em Lisboa se tornou mais grave com um número crescente de novos casos de infeção. Por último, destacou a importância de receberem atempadamente o feedback das avaliações realizadas durante o semestre.

O conselheiro Pedro Martins, representante do corpo discente do curso de licenciatura em Publicidade e Marketing, saudou os professores e os alunos pelo esforço demonstrado. No 1º ano correu tudo muito bem. Uma das vantagens do *online* é a facilidade com que se marcaram horários de atendimento.

A conselheira Helena Pina, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Publicidade e Marketing, saudou o esforço colaborativo entre alunos, professores e funcionários e considera que, dentro do possível, o semestre correu muito bem.

O conselheiro Pedro Martins, representante do corpo discente do curso de licenciatura em Publicidade e Marketing, referiu que um dos caminhos possíveis para que os alunos consigam realizar o trabalho autónomo referido pela Professora Fernanda Bonacho é, por exemplo, os professores guiarem esse trabalho autónomo e enviarem exercícios para os alunos realizarem ou pedirem que preparem, com antecedência, alguns conteúdos ou trabalhos para as aulas seguintes.

A conselheira Rosário Correia, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Publicidade e Marketing, destacou o enorme esforço despendido por todos.

A conselheira Carolina Bártolo, representante do corpo discente do curso de licenciatura em Relações Públicas e Comunicação Empresarial, deu os parabéns às Professoras Ana Raposo e Paula Nobre já que foram incansáveis ao longo de todo o semestre. Os alunos consideram que as aulas *online* correram bem. Como aspeto negativo, referem o facto de a UC de Comunicação e Linguagem ter realizado o teste presencialmente.

A conselheira Ana Raposo, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Relações Públicas e Comunicação Empresarial, referiu que a resposta ao cenário inicial só foi possível graças à colaboração entre professores e alunos. Os docentes da área de Relações

Atas Conselho Pedagógico

Públicas reiteram que o ensino presencial é aquilo que os move e que, em termos de curso, é absolutamente fundamental. Esperam que no próximo semestre todas as UC possam funcionar apenas com 1/3 à distância. E para isso consideram fundamental que a escola dinamize formações que enriqueçam as competências, do ponto de vista pedagógico, dos docentes neste tipo de ambiente.

A conselheira Paula Nobre, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Relações Públicas e Comunicação Empresarial, referiu que os delegados foram acompanhando todo o semestre e o saldo é positivo mas também espera que o próximo semestre seja maioritariamente presencial.

O conselheiro Guilherme Martins, representante do corpo discente do curso de mestrado em Audiovisual e Multimédia, referiu que os colegas de 1º ano consideram o mestrado muito teórico e estavam à espera de um curso mais prático. Os colegas do 2º ano agradeceram aos orientadores pela compreensão e apoio e à escola pela extensão dos prazos de entrega do trabalho final.

A conselheira Ana Varela, representante do corpo docente do curso de mestrado em Audiovisual e Multimédia, referiu que a Comissão Pedagógica do curso só vai reunir no dia 23. A conselheira Maria João Centeno, representante do corpo docente do curso de mestrado em Gestão Estratégica das Relações Públicas, referiu que, em reunião da Comissão Pedagógica, os alunos consideraram que se perdeu com a dinâmica do regime *online*, sobretudo nos trabalhos de grupo. Destacaram o esforço e o empenho dos professores em criar alternativas. Queixam-se da falta de feedback atempado sobre os trabalhos que vão sendo realizados ao longo do semestre.

A conselheira Maria Constança Castanheira, representante do corpo discente do curso de mestrado em Jornalismo, louvou o profissionalismo de todos os professores. Referiu, no entanto, que o facto de alguns professores não ligarem as câmaras nas aulas por videoconferência torna difícil captar a atenção dos alunos. Referiu que há muitos alunos que não conseguem aceder ao portal *NetPA* e consideram que o email, o portal e o *Moodle* deveriam ser uma única plataforma. Destacou ainda o atraso de alguns professores na entrega das notas. Na UC de Seminário de Estudos Jornalísticos, a parte de economia correu muito mal porque o professor parecia ausente e os alunos não detêm os conhecimentos base necessários. Consideram, contrariamente ao que aconteceu no 1º semestre, que o 2º semestre não é uma repetição da licenciatura. Agradecem a todos os professores, especialmente aos professores Maria Inácia Rezola e Carlos Andrade, pelo esforço e dedicação. Referiu ainda que gostariam que fosse possível aos alunos levantar material para realizar trabalhos extracurriculares.

A Presidente referiu que, como o material não chega para as necessidades dos alunos, torna-se difícil despendar material para a realização de trabalhos fora da escola.

Atas Conselho Pedagógico

A conselheira Maria Inácia Rezola, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Jornalismo, elogiou os alunos das turmas do mestrado em Jornalismo. Estava preocupada com a possibilidade da inflação de notas mas o que aconteceu foi que as notas foram boas porque os alunos foram excepcionais. Relativamente à UC de Seminário de Estudos Jornalísticos, os alunos necessitam ter em conta que a turma era muito heterogénea (alunos com percursos e formações diversas) e que, por isso, todos os docentes se depararam com dificuldades em chegar ou passar a mensagem a todos da mesma forma. Esta explicação não invalida que se procurem soluções para melhorar.

O conselheiro Diogo Gil, representante do corpo docente do curso de mestrado em Publicidade e Marketing, fez um ótimo balanço do semestre com alunos e professores empenhados e resilientes. Os professores arranjam soluções nas avaliações, estiveram sempre disponíveis. Os alunos consideram que a escola tomou a medida mais sensata ao optar pelo *online*. Questionou o conselho se não é plausível, no próximo ano letivo, os alunos assistirem *online* às aulas presenciais, já que há uma colega dos Açores.

A Presidente referiu que os cursos da escola estão acreditados como cursos presenciais e só na eventualidade de novo estado de emergência se vai voltar ao ensino *online*.

A conselheira Fernanda Bonacho, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Jornalismo, reiterou que no próximo ano letivo se vai voltar ao presencial. A justificação de viver fora de Lisboa não pode continuar a ser dada. O curso é em Lisboa. Entende as questões suscitadas mas o princípio é voltarmos ao ensino presencial. Só em estado de emergência voltaremos a 100% *online*.

O conselheiro Pedro Martins, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Publicidade e Marketing, destacou que os alunos sabem que a escola está preparada para o ensino presencial, o que os preocupa são os transportes para chegar à escola.

A conselheira Zélia Santos, representante do corpo docente do curso de mestrado em Publicidade e Marketing, referiu que ainda não se realizou a reunião da Comissão Pedagógica do curso mas que correu tudo bem. Considera que o ambiente *online* não é o mais adequado para um acompanhamento mais personalizado, o que fez com que as notas pudessem ter sido melhores. É claro que o ensino superior é presencial também para propiciar a discussão, principalmente no 1º ano do mestrado. Os alunos perderam isso mas tentou-se encontrar a melhor solução.

Ponto 4.

Assuntos supervenientes

A Presidente referiu que no dia 22 de junho de 2020 recebeu um relatório do Professor Jorge Trindade em que dava conta da prática de plágio numa recensão a um livro por parte da aluna Atas Conselho Pedagógico

Marta Alexandra Barreira Caldeira, aluna nº 12382 do curso de Jornalismo que entretanto viu a avaliação na UC de Técnicas de Expressão do Português anulada. O professor reportou a situação porque e citando: "os alunos normalmente pedem desculpa, ou pelo menos reconhecem o que fizeram". Tal não aconteceu com a aluna em questão que se recusa a aceitar a demonstração documental que o professor lhe facultou e mostra-se ofendida com aquilo que considera ser uma acusação infundada. Como tal a Presidente, dando cumprimento ao Regulamento de Frequência e Avaliação do 1º ciclo, vem propor uma advertência à aluna. Depois de vários contributos chegou-se à seguinte versão:

Considera o Conselho Pedagógico que o relatório apresentado pelo Professor Jorge Trindade prova factual e cabalmente a prática de plágio por parte da aluna Marta Caldeira. Como o professor documenta: "o texto continha vários passos transcritos – ou escassamente modificados – de uma recensão da autoria de Afonso Bento, publicada, em 2017, na *Revista Crítica de Ciências Sociais*. A autoria dos passos em causa não se encontrava atribuída." É de destacar que o Professor deu indicações precisas sobre a realização do trabalho e alertou os alunos para a questão do plágio, o que torna indesculpáveis o comportamento e as alegações da aluna.

O Conselho Pedagógico adverte a aluna para a gravidade da prática de qualquer irregularidade durante o processo de aprendizagem e para a importância de, enquanto cidadã e aluna do ensino superior, reconhecer as formas de fraude académica para não repetir a mesma prática no futuro. Se tal vier a acontecer este conselho terá de propor a sua suspensão.

A proposta de advertência foi colocada à votação e aprovada por unanimidade.

A conselheira Fernanda Bonacho, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Jornalismo, lamenta que a aluna não reconheça o erro e considera uma falta de consciência o que a aluna fez.

A conselheira Beatriz Carvalho, representante do corpo discente do curso de licenciatura em Publicidade e Marketing, considera que a aluna percebeu o que fez, só que não quer admitir; espera que o faça depois da advertência.

A conselheira Maria Inácia Rezola, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Jornalismo, adverte para o facto de os alunos descuidarem o facto de o plágio ser crime. A advertência deste conselho é a chamada de atenção à aluna de acordo com o regulamento da escola. Esperemos que fique consciente de que praticou um crime.

A conselheira Beatriz Carvalho, representante do corpo discente do curso de licenciatura em Publicidade e Marketing, sugeriu que fosse disponibilizada mais informação sobre o plágio.

A Presidente referiu que ainda este ano letivo foi solicitado aos alunos que preenchessem um questionário no âmbito de um estudo, do qual a ESCS é parceira, precisamente sobre fraude no ensino superior português. A parceria teve precisamente como objetivo informar a comunidade escolar sobre os diferentes tipos de fraude e respetivas implicações.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente deu por encerrada a reunião.

Lisboa, 21 de julho de 2020

A PRESIDENTE DO CONSELHO PEDAGÓGICO



(Maria João Centeno)

O VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO PEDAGÓGICO



(Ricardo Pereira Rodrigues)

Anexo 1

REGIMENTO DO CONSELHO PEDAGÓGICO DA ESCOLA SUPERIOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art.º 1

Âmbito de Aplicação

O presente regimento estabelece as normas de funcionamento do Conselho Pedagógico da Escola Superior de Comunicação Social (ESCS).

Art.º 2

Constituição

A constituição do Conselho Pedagógico é a definida pelo artigo 27º dos Estatutos da ESCS.

Art.º 3

Eleição

A Eleição do Conselho Pedagógico é realizada de acordo com o disposto no Anexo deste regimento.

CAPÍTULO II

Competências e Funcionamento

Art.º 4

Competências

O Conselho Pedagógico tem as competências previstas no artigo 28º dos Estatutos da ESCS.

Art.º 5

Presidência

1. O Presidente é eleito de acordo com o previsto no artigo 27º dos Estatutos da ESCS.
2. Cabe ao Presidente:
 - a. Representar o Conselho;
 - b. Convocar e dirigir as reuniões;
 - c. Divulgar e fazer executar as decisões tomadas;
 - d. Submeter ao Conselho todos os assuntos que relevem das suas competências próprias;

- e. Disponibilizar previamente aos membros da Assembleia todas as informações necessárias à tomada de decisões.
- 3. O Presidente é coadjuvado por um docente Vice-presidente e um discente Secretário, propostos por si e eleitos pelo Conselho.

Art.º 6

Funcionamento

1. O Conselho Pedagógico funciona em plenário para a tomada de deliberações no âmbito das suas competências.
2. O Conselho Pedagógico tem reuniões ordinárias e extraordinárias, reunindo obrigatoriamente duas vezes por semestre.
3. No exercício das suas competências devem as deliberações ser tomadas nos termos dos artigos 25º e 26º do Código do Procedimento Administrativo.
4. As Convocatórias para as reuniões do Conselho Pedagógico são enviadas com a antecedência mínima de cinco dias úteis, por iniciativa do seu presidente ou a requerimento de, pelo menos, um terço dos seus membros.

Art.º 7

Plenário

1. O Plenário do Conselho Pedagógico delibera no âmbito das suas competências, não o podendo fazer sem que esteja presente a maioria dos seus membros.
 - a. Se não houver quórum, será lavrada uma ata indicando o nome dos membros que compareceram e dos que faltaram com ou sem justificação.

Art.º 8

Votações e deliberações

1. As votações no Conselho Pedagógico podem ser nominais nos casos comuns ou por escrutínio secreto quando se trate de assuntos referentes a pessoas e outros assuntos de complexidade reconhecida pelo Conselho.
2. Não é permitida a delegação de voto.

Art.º 9

Atas

1. De todas as reuniões devem ser elaboradas atas.
2. A ata é submetida pelo Presidente à aprovação na reunião seguinte, posto que é assinada pelo Presidente e Vice-presidente.
3. Na ata deve mencionar-se o que seja genericamente útil para a compreensão das discussões, bem como o teor das propostas e das deliberações tomadas e das declarações de voto.

4. As atas das reuniões do Conselho Pedagógico são tornadas públicas.

Art.º 10

Mandatos

1. O mandato dos membros do Conselho Pedagógico é de quatro anos para o corpo dos docentes e de um ano para o corpo dos discentes.
2. Perdem o mandato os membros a que se apliquem as condições do número 1 do artigo 12º dos Estatutos da ESCS.
3. No âmbito da alínea b) do número 1 do artigo 12º dos Estatutos da ESCS, aceitam-se como justificação válida para as faltas às reuniões do Conselho Pedagógico:
 - a. Motivos de saúde;
 - b. Assistência à família;
 - c. Participação em júris académicos;
 - d. Participação em provas de avaliação;
 - e. Outras razões aprovadas pelo plenário do Conselho.

Art.º 11

Substituições

1. Os membros efetivos eleitos do Conselho Pedagógico podem fazer-se substituir pelos membros suplentes, nas seguintes condições:
 - a. Reunião a reunião, sempre que justifiquem a sua falta ao Presidente e esta seja aceite, com 48 horas de antecedência da data da reunião agendada;
 - b. Temporariamente, em caso de licença sabática, equiparado a bolseiro, ou outras dispensas previstas na lei, por período não inferior a 90 dias;
 - c. Temporariamente, em caso de doença prolongada, por período não inferior a 90 dias;
 - d. Definitivamente, no caso de perda da qualidade para o qual foi eleito;
 - e. Definitivamente, em caso de perda de vínculo, seja qual for a sua natureza, com a ESCS;
 - f. Definitivamente em caso de perda, renúncia ou suspensão do mandato.
2. As substituições serão efetuadas pela ordem dos representantes suplentes de cada um dos corpos.

Art.º 12

Responsabilidade criminal, civil e disciplinar

1. Os membros do Conselho Pedagógico são criminal, civil e disciplinarmente responsáveis pelas infrações à lei cometidas no exercício das suas funções.
2. São excluídos do disposto no número anterior os que fizerem exarar na ata a sua oposição às deliberações tomadas e os ausentes que o façam na sessão seguinte.

CAPÍTULO III

Disposições finais

Art.º 13

Revisão

O presente Regimento poderá ser revisto dois anos após a data da sua aprovação ou a qualquer momento mediante requerimento de dois terços dos membros do Conselho, em efetividade de funções.

Art.º 14

Normas supletivas

Na matéria não prevista neste regimento serão aplicadas supletivamente as normas constantes nos Estatutos da ESCS.

Art.º 15

Entrada em vigor

O presente Regimento entra em vigor após a sua homologação.

ANEXO

Procedimento eleitoral do Conselho Pedagógico

Art.º 1

Capacidade Eleitoral Ativa

Gozam de capacidade eleitoral ativa, para o Conselho Pedagógico da ESCS, os docentes e os discentes, vinculados aos cursos da ESCS, nos termos da lei, dos Estatutos da ESCS e do presente regimento.

Art.º 2

Corpo Docente

Constituem o corpo docente por curso:

- a. Os docentes que pertençam às categorias previstas no Estatuto da Carreira Docente;
- b. Os docentes especialmente contratados, com equiparação nos termos da lei, a uma das categorias previstas no Estatuto da Carreira Docente.
- c. Os docentes que lecionam o curso no ano letivo da eleição.

Art.º 3

Corpo Discente

Constituem o corpo discente dos cursos, os alunos matriculados na ESCS com inscrição efetiva em qualquer curso do 1º ou 2º Ciclo.

Art.º 4

Direito de Voto

São eleitores da ESCS, os possuidores de capacidade eleitoral ativa que figurem nos cadernos dos cursos da ESCS, a publicar ao abrigo deste regimento.

Art.º 5

Elegibilidade

1. À eleição dos membros do Conselho Pedagógico é aplicável o seguinte sistema de representação proporcional:
 - a. Dois representantes do corpo docente por cada curso de licenciatura;
 - b. Dois representantes do corpo discente por cada curso de licenciatura;
 - c. Um representante do corpo docente por cada curso de mestrado;

d. Um representante do corpo discente por cada curso de mestrado.

2. São elegíveis para o Conselho Pedagógico da ESCS os eleitores que cumpram as condições e restrições estipuladas na Lei, nos Estatutos e neste Regimento.

Art.º 6

Inelegibilidade

São inelegíveis para o Conselho Pedagógico:

- a. Aqueles que tenham sido condenados em processos disciplinares, durante o cumprimento das respetivas penas;
- b. Os abrangidos pelas incapacidades eleitorais previstas nos Estatutos e na Lei.

Art.º 7

Modos de Eleição

A eleição dos membros do Conselho Pedagógico é efetuada por voto secreto e com carácter nominal, dispondo o eleitor de um voto singular por corpo e curso.

Art.º 8

Processo eleitoral

1. O processo eleitoral inicia-se com a publicitação de um edital onde constam a lista dos elegíveis por corpo e curso, os prazos do processo eleitoral, horário e local de voto, definidos pelo Presidente do Conselho Pedagógico.
2. Nas listas dos elegíveis por corpo, os eleitores deverão ser identificados pelo nome completo e agrupados por curso, por ordem alfabética.
3. Até dois dias úteis após a afixação do edital, qualquer interessado poderá reclamar, perante o Presidente da Comissão Eleitoral, das irregularidades das listas de elegíveis.
4. Até cinco dias úteis após a afixação do edital, qualquer interessado terá de manifestar disponibilidade em representar o respetivo corpo por curso, conforme documento em anexo a entregar ao Presidente da Comissão Eleitoral.
5. Findo este prazo, o Presidente da Comissão Eleitoral diligenciará para que, até cinco dias úteis antes do dia das eleições, sejam elaboradas e afixadas as listas dos candidatos por corpo e curso.

Art.º 9

Candidatos

1. As listas dos candidatos para representar o respetivo corpo por curso, a afixar cinco dias úteis antes do dia das eleições, devem conter a indicação dos nomes de todos os candidatos, organizados por ordem alfabética.
 - a. Nos boletins de voto serão reproduzidas as listas dos candidatos para representar o respetivo corpo por curso.
2. Os docentes só podem ser candidatos por um dos cursos em que lecionam no ano letivo da eleição.

Art.º 10

Resultados

1. Para cada representação dos membros referidos nas alíneas a) e b) do nº 2 do Artigo 5º, serão eleitos como efetivos os dois candidatos mais votados e como suplentes os terceiros e quartos mais votados. Em caso de empate, proceder-se-á a nova votação restrita aos candidatos em que seja necessária apurar a condição de eleição.
2. Para cada representação dos membros referidos nas alíneas c) e d) do nº 2 do Artigo 5º, será eleito como efetivo o candidato mais votado e como suplente o segundo mais votado. Em caso de empate, proceder-se-á a nova votação restrita aos candidatos em que seja necessária apurar a condição de eleição.

Art.º 11

Comissão Eleitoral

1. Para a eleição será criada uma Comissão Eleitoral a quem compete coordenar o processo eleitoral e zelar pelo cumprimento deste Regimento, dos Estatutos, da Lei e das normas cívicas.
2. A Comissão Eleitoral é constituída por um Presidente, nomeado pelo Presidente do Conselho Pedagógico de entre os docentes da ESCS, e dois representantes, um do corpo docente e outro do corpo discente.
3. As decisões da Comissão Eleitoral serão tomadas por maioria simples de votos, tendo o Presidente voto de qualidade.

Art.º 12

Mesa Eleitoral

1. A Mesa Eleitoral compreende uma urna por cada corpo eleitoral.
2. A Mesa Eleitoral funciona apenas no local designado pelo Presidente da ESCS.

Art.º 13

Pessoalidade e Presencialidade do Voto

1. O direito de voto é exercido direta e presencialmente pelo eleitor, exceto nos casos previstos neste Regimento.
2. Não é permitido o voto por correspondência.

Art.º 14

Voto dos Ausentes

1. Os eleitores, que no dia designado para a realização da eleição se encontrem impossibilitados de comparecer na Mesa Eleitoral por motivo de doença ou ausência justificada, poderão designar um seu procurador que exercerá em seu nome o direito de voto.
2. A designação do procurador deverá constar de documento escrito, assinado pelo eleitor e considerado válido pela Comissão Eleitoral.
3. O eleitor dará conhecimento prévio, por escrito, à Comissão Eleitoral do motivo impeditivo da sua não comparência e do nome do seu procurador.
4. No dia das eleições, a Comissão Eleitoral informará sobre todo este procedimento o Presidente do Conselho Pedagógico.

Art.º 15

Voto antecipado

1. É admitido o exercício do direito de voto antecipado, apenas no caso dos eleitores que se encontrem ausentes no dia e horário fixados para a realização da eleição.
2. O voto antecipado é exercido presencialmente pelo eleitor nos dois dias úteis que antecedem o dia da realização da eleição.
3. A Comissão Eleitoral define o local e o horário da receção do voto antecipado e publicita esta informação no edital.
4. Não serão considerados os votos que forem recebidos fora dos dias e horário estabelecidos pela Comissão Eleitoral.

Art.º 16

Segredo de Voto

1. Ninguém pode ser, sob qualquer pretexto, obrigado a revelar o seu voto, nem ser perguntado sobre o mesmo por qualquer entidade.
2. Nos casos do voto por procurador, este fica obrigado a guardar sigilo absoluto quanto à expressão do voto do seu representado.

Art.º 17

Requisitos do exercício do Direito de Voto

1. Para que o eleitor seja admitido a votar deve estar inscrito nos cadernos eleitorais, organizados por corpo e curso.

2. Simultaneamente, a sua identidade deve ser reconhecida pela mesa.

Art.º 18

Processo de Votação

1. Chegada a hora da votação, o Presidente da Comissão Eleitoral declara iniciadas as operações eleitorais, procedendo com os restantes membros da Comissão à revista da câmara de voto e dos documentos de trabalho da Mesa e exibindo as urnas perante os eleitores presentes para que todos se possam certificar que se encontram vazias.
2. Não existindo nenhuma irregularidade, votam de imediato os membros da Comissão Eleitoral.
3. Os eleitores votam por ordem de chegada à Mesa Eleitoral.
4. O Presidente declara encerrada a votação logo que tiverem votado todos os eleitores inscritos ou depois da hora prevista para termo do processo de votação.
5. Compete ao Presidente da Comissão Eleitoral, coadjuvado pelos restantes elementos da Mesa, assegurar a liberdade dos eleitores e manter a ordem adotando para esse efeito as providências necessárias.

Art.º 19

Modo como vota cada Eleitor

1. Cada eleitor, apresentando-se perante a Mesa, indica o seu nome e entrega ao Presidente o cartão de cidadão. Na falta do cartão, a identificação do eleitor faz-se através de qualquer outro documento que seja geralmente utilizado para identificação, ou através de dois eleitores que atestem, sob compromisso de honra, a sua identidade, ou ainda por reconhecimento unânime dos membros da Mesa.
2. Reconhecido o eleitor, o Presidente diz em voz alta o seu nome e depois de verificada a sua inscrição nos cadernos eleitorais, entrega-lhe o boletim de voto.
3. O eleitor entra na câmara de voto do respetivo corpo, situado no local da votação e aí, sozinho, exerce o seu direito de voto e dobra o boletim em quatro.
4. Voltando para junto da Mesa, o eleitor entrega o boletim ao Presidente que o coloca na respetiva urna enquanto os escrutinadores descarregam o voto nos cadernos eleitorais.
5. Se, por inadvertência, o eleitor inutilizar o boletim, deve pedir outro ao Presidente, devolvendo-lhe o primeiro.
6. O Presidente escreve no boletim devolvido a nota de inutilizado, rubrica-o e conserva-o para os efeitos previstos no regimento.
7. Os cegos e quaisquer outras pessoas afetadas por doenças ou deficiências físicas notórias, que a Mesa identifique não poderem praticar os atos descritos neste artigo, votam acompanhados de um eleitor por si escolhido que garanta a fidelidade de expressão do seu voto e que seja obrigado a absoluto sigilo.

Art.º 20

Voto em Branco ou Nulo

1. Considera-se voto em branco, o do boletim de voto que não tenha sido objeto de qualquer tipo de marca.
2. Considera-se voto nulo, o boletim de voto:
 - a. No qual tenha sido assinalado mais de um quadrado, ou quando haja dúvidas quanto ao quadrado assinalado;
 - b. No qual tenha sido assinalado o quadrado correspondente a um candidato que tenha desistido das eleições, ou não tenha sido admitido;
 - c. No qual tenha sido feito qualquer corte, desenho ou rasura, ou quando tenha sido escrito qualquer palavra.
3. Não se considera voto nulo, o boletim de voto no qual a cruz, embora não perfeitamente desenhada, ou excedendo os limites do quadrado, assinala inequivocamente a vontade do eleitor.

Art.º 21

Dúvidas, Reclamações, Protestos e Contra protestos

1. Qualquer eleitor pode suscitar dúvidas, e apresentar por escrito reclamação, protesto ou contra protesto, relativo às operações eleitorais, e instruí-los com os documentos convenientes.
2. A Mesa não pode negar-se a receber reclamações, os protestos e os contra protestos, devendo rubricá-los e apensá-los às atas.

Art.º 22

Operações Preliminares

Encerrada a votação, o Presidente da Comissão Eleitoral procede à contagem dos boletins que não foram utilizados, e dos que foram inutilizados pelos eleitores, e encerra-os em subscrito próprio, que fecha e lacra.

Art.º 23

Contagem dos Votantes e dos Boletins de Voto

1. Encerrada a operação preliminar, o Presidente da Comissão Eleitoral manda contar os votantes pelas descargas efetuadas nos cadernos eleitorais.
2. Concluída essa contagem, o Presidente manda abrir a urna, a fim de conferir o número de boletins de voto entrados.
3. Em caso de divergência entre o número de votantes apurados, nos termos do nº1, e dos boletins de votos contados, prevalece, para efeitos de apuramento, o segundo destes números.

Art.º 24

Contagem dos Votos

1. Um dos membros da Comissão Eleitoral desdobra os boletins, um a um, e anuncia em voz alta o nome do candidato votado. Um outro membro da Comissão Eleitoral regista os votos atribuídos a cada candidato, os votos em branco e os votos nulos.
2. Simultaneamente, os boletins de voto são examinados e exibidos pelo Presidente da Comissão Eleitoral, que os agrupa em lotes separados por curso, correspondentes a cada um dos candidatos votados, aos votos em branco e aos votos nulos.
3. Terminadas estas operações, o Presidente da Comissão Eleitoral procede à contra prova da contagem dos boletins em cada um dos lotes separados.
4. A contagem dos votos poderá fazer-se através de meios informáticos. Para o efeito poderá a Comissão Eleitoral ser coadjuvada por docentes ou técnicos da ESCS especializados na matéria.

Art.º 25

Destino dos Boletins de Voto

1. Os boletins de voto são colocados em pacotes devidamente lacrados e confiados à guarda do Presidente da ESCS.
2. Esgotado o prazo para a interposição dos recursos contenciosos, ou decididos definitivamente, o Presidente da ESCS promove a destruição dos boletins.

Art.º 26

Ata das Operações Eleitorais

1. Compete a um dos membros da Comissão Eleitoral previamente indicado pelo Presidente, proceder à elaboração da ata das operações de votação e apuramento.
2. Na ata devem constar:
 - a. Os nomes dos membros da Comissão Eleitoral;
 - b. A hora de abertura e de encerramento da votação, e o local da assembleia de voto;
 - c. As deliberações tomadas pela Mesa, durante as operações;
 - d. O número total de eleitores inscritos e o de votantes;
 - e. O número de votos obtidos por cada candidato, e o de votos em branco e nulos;
 - f. O número de boletins de voto sobre os quais haja incidido reclamações ou protestos;
 - g. Número de reclamações, protestos e contra protestos, apensos à ata;
 - h. Quaisquer ocorrências que a Comissão Eleitoral julgar dever mencionar.

Art.º 27

Proclamação e publicação dos Resultados

Os resultados do apuramento são proclamados pela Comissão Eleitoral e, em seguida, publicados por meio de edital e afixados nos locais de estilo da ESCS.

Art.º 28

Destino do Processo Eleitoral

O Processo Eleitoral, incluindo a ata das operações de votação e apuramento eleitoral, e os processos de candidatura ser enviado ao Presidente do Instituto Politécnico de Lisboa, no prazo de cinco dias úteis.

Art.º 29

Recurso Contencioso

1. As irregularidades ocorridas no decurso da votação, e no apuramento, podem ser apreciadas em recurso contencioso, desde que hajam sido objeto de reclamação ou protesto, apresentado no ato em que se verificaram.
2. A petição deve especificar os fundamentos de facto e de direito do recurso, e é acompanhada de todos os elementos de prova, incluindo fotocópia da ata.

Art.º 30

Entidade Competente e Prazos

1. O recurso é interposto, no prazo de dois dias úteis, a contar da publicação dos resultados eleitorais, perante o Presidente do Instituto Politécnico de Lisboa.
2. A decisão do recurso compete ao Presidente do Instituto Politécnico de Lisboa, e deve ser comunicada à ESCS, no prazo de quinze dias.

Art.º 31

Casos Omissos

A resolução dos casos omissos e a interpretação deste Regimento cabe ao Presidente do Conselho Pedagógico, devendo o órgão reunir posteriormente a fim de deliberar sobre a integração da resolução no Regimento.

ANEXO

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DE CANDIDATURA

Eu, _____ (nome), portador do documento de identificação nº _____, declaro aceitar a candidatura a representante do corpo docente / discente (riscar o que não interessa) do curso de licenciatura / mestrado (riscar o que não interessa) em _____, no Conselho Pedagógico da Escola Superior de Comunicação Social do IPL.

Lisboa, ___ de _____ de _____

(assinatura)